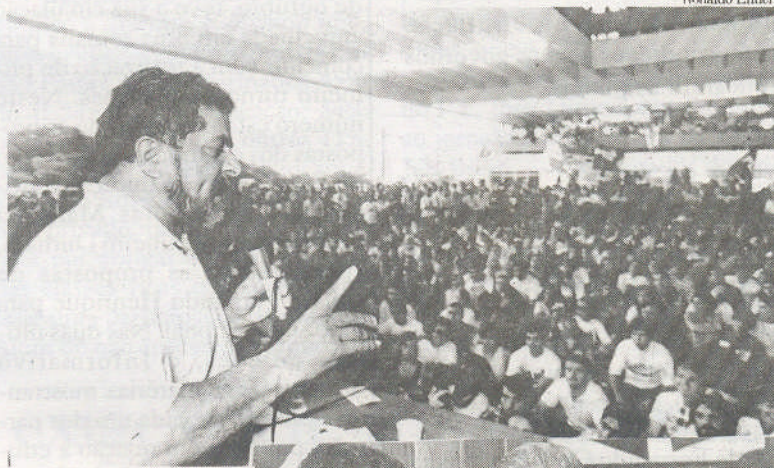


Adusp expõe o real embate das eleições

Lula recebe apoio de intelectuais na USP e reúne-se com o reitor

Lula é o único candidato à presidência da República a vir à USP na atual campanha. Anteriormente, o presidente do PT, Rui Falcão, já havia estado com representantes das entidades sindicais e com o reitor para entregar as propostas de governo do partido.



Ronaldo Entler

Lula fala para duas mil pessoas no saguão do Departamento de História. No destaque, o candidato do PT com o reitor da USP e a profa. Maria Victória Benevides.



Cidadania para a área de C&T e que, portanto, estava aberta a contribuições da reitoria da USP.

Após o encontro com o reitor, Lula disse que um governo petista é muito importante também para a área da Educação, uma vez que até hoje os governos nunca priorizaram essa área. "As elites nunca quiseram investir em educação para tentar manter o povo na ignorância. Uma população devidamente educada sabe escolher melhor e essa é uma das nossas prioridades", afirmou Lula.

Aos intelectuais e militantes que

participaram do lançamento do livro, Lula falou sobre o preconceito que enfrenta por não possuir o III Grau. Segundo ele, não se trata apenas de um preconceito contra o Lula, mas contra o próprio negro, o pobre e o miserável brasileiro. É o preconceito da Casa Grande contra a senzala, disse ele. "Vou provar que um torneiro mecânico vai resolver os problemas da educação e que aqueles que governaram o País, até agora, não atacaram essa questão porque não tiveram interesse nem competência", afirmou Lula.

Os indicadores macrossociais do Brasil estão entre os piores do Mundo. O Brasil disputa com Botsuana a pior posição no que diz respeito à concentração de renda, segundo os relatórios do Banco Mundial. Segundo a Unicef, em relatório de 1994, apenas Guiné-Bissau e Haiti apresentam percentuais de conclusão do primeiro grau em relação aos matriculados na primeira série inferiores ao brasileiro. A taxa de mortalidade infantil até 5 anos no Brasil — 65 por mil nascidos vivos — se aproxima das de países paupérrimos, como o Quênia — 74 — ou as Filipinas — 60, países cujas rendas per capita são de 340 e 730 dólares anuais, respectivamente, muito inferiores à brasileira, de cerca de 2.900 dólares anuais. Nossas escolas são minguadas e estão pauperizadas; os programas habitacionais não vão muito além dos discursos eleitorais, o transporte público é insuficiente e de péssima qualidade; justiça e segurança são coisas conhecidas apenas pelas camadas mais ricas da população; o meio ambiente deteriorado é o espaço vital de grande parte da população.

O Brasil foi levado a esta situação por um programa que justificava o custo social pela necessidade de um crescimento econômico rápido. Era o discurso de "crescer o bolo para depois dividir". Muitos acreditaram. Mas, o bolo não cresceu. Entre 1965 e 1990, o crescimento do PNB per capita no Brasil, de 3,3% ao ano, apenas acompanhou a média mundial, de 3% ao ano. No período entre 1980 e 1991, de 0,5% ao ano, foi muito inferior à média mundial, de 1,2% ao ano. Não valeu o custo social.

Veio, então, o período privatizante, a redução do Estado. Se desregulamentação, redução do Estado e privatização fossem o caminho para o desenvolvimento

Perry Anderson analisa o neoliberalismo

O historiador inglês Perry Anderson fez conferência sobre o Neoliberalismo e as Esquerdas no Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA). A conferência de Anderson abordou o problema do neoliberalismo destacando seus pontos centrais: a forte reação contra o movimento sindical e a política de privatização. Para o professor Anderson, o Chile de Pinochet é o exemplo mais acabado de aplicação desse projeto e o seu resultado global não pode ser considerado positivo para as taxas de reaplicação de capital produtivo. As taxas de acumulação global tem decrescido de 3 para 2% nos últimos anos.

Anderson destaca que a utopia neoliberal deve ser avaliada nos seguintes pontos: há 20 anos ela era considerada 'contra a corrente', porém, a firmeza de seus princípios fez com que fosse assimilada ao longo dos anos. Os amplos contingentes de desempregados foram, de certo modo, amparados pelas políticas sociais na Europa, mas nos países da América Latina apresentam-se como desempregados, mendigos e desabrigados. México, Argentina, Bolívia e Venezuela, segundo Anderson, vivem essa experiência, onde a hiperinflação criou condições para os governos aplicarem os planos.

Bloqueio de informações também afeta Cuba

Fernando Guzmán e Roberto Cabezas, físicos nucleares cubanos, respectivamente do Instituto Superior de Ciência e Tecnologia Nuclear e Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento, visitaram o Instituto de Física da USP, entre os dias 12 e 13 de setembro, com o propósito de trocar informações

com os físicos brasileiros. Além de São Paulo, eles estiveram em Angra dos Reis e Rio de Janeiro. Segundo Fernando Guzmán, a visita ao Brasil, e a outros países da América Latina, propiciou conhecimentos que poderão ser aplicados em setores importantes da economia cubana: agricultura, medicina e na indústria em geral.

Com relação à crise vivida por Cuba, ambos afirmam que, além do próprio bloqueio econômico, imposto pelos EUA, os cubanos estão sendo submetidos a um outro tipo de pressão imposta pelo "bloqueio de informações". Para Guzmán e Cabezas, as informações são filtradas e somente aquelas que interessam aos que dominam os meios de comunicação são amplificadas. Um exemplo disso, dizem eles, diz respeito ao processo de imigração que emergiu nos últimos meses naquele país. "Há que se notar que cerca de 20 mil pessoas deixaram Cuba, tentando chegar aos EUA. Porém, ninguém noticia que somos, ao todo, 11 milhões de cubanos e a maioria tem confiança na Revolução. A maioria acredita que conseguiremos superar esse momento difícil", afirmam os físicos cubanos. Para Guzmán e Cabezas, só se notícia o que há de ruim em Cuba.

Adusp

Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M.Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Projeto gráfico:

Argeu Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora

Revisão:

Raquel La Corte

Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares.

Periodicidade: mensal.

Filmes: Paper Express.

Impressão:

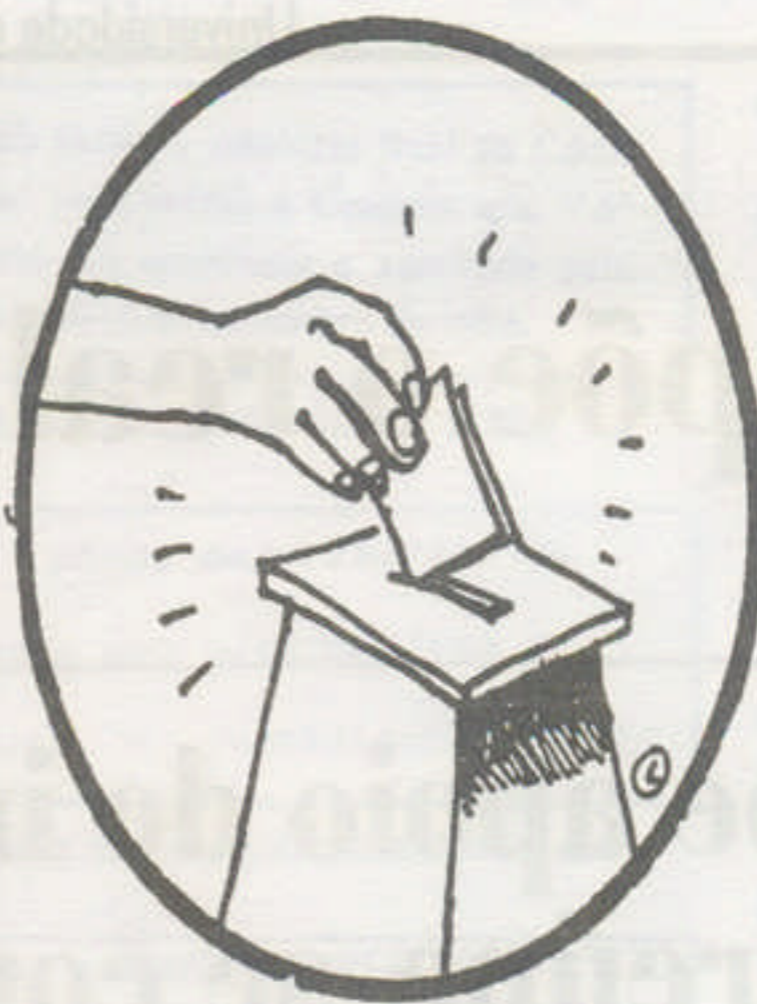
Central Gráfica

Adusp-S.Sind.: Av.Prof.Luciano Gualberto, trav.J, nº 374-Cid.Universitária - São Paulo - SP - CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573 / FAX: (011) 814-9321.

Dois Pontos

Eleições gerais

Assembléia Legislativa no dia 13 de setembro deste ano.



O Informativo Adusp, edição de outubro, teve a sua circulação antecipada em uma semana para coincidir com a realização do primeiro turno das eleições. Neste número estamos trazendo as propostas dos candidatos ao governo do Estado para a Educação e artigos das professoras Marilena Chauí e Eunice Ribeiro Durham, apresentando as propostas de Lula e Fernando Henrique para a área educacional. Nas duas últimas edições, o Informativo Adusp trouxe matérias mostrando a posição de cada um dos partidos políticos em relação à educação e os docentes da USP que disputam vagas para a Câmara Federal e a Assembléia Legislativa.

Eleições para renovar a diretoria do DCE

O DCE - Livre "Alexandre Vanuchi Leme", da USP, vai realizar eleições, dias 26 e 27 de outubro, para renovação de sua diretoria. As inscrições, informa Maurício Barbará - diretor do DCE -, devem ser feitas até o dia 7 de outubro.

Nova Seção Sindical da Andes

Os docentes da Faculdade de Medicina de Marília, reunidos em assembléia no dia 19 de setembro, decidiram transformar a Associação de Docentes em Seção Sindical da Andes. Ao todo, a Andes passa a contar, agora, com 84 Seções Sindicais em todo o País. A Faculdade de Medicina de Marília foi estadualizada pela

Adusp reúne-se com conselheiro do TCE

O presidente e o vice-presidente da Adusp, respectivamente Otaviano Helene e Francisco Miraglia, acompanhados do advogado José Roberto Manesco, reuniram-se, dia 16 de setembro, com Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), Antonio Roque Citadini. Foram discutidos o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo governo do Estado, uma vez que Fleury continua a atrasar os repasses de verbas para as universidades.

Verbas para salários

Por iniciativa dos representantes docentes no Conselho Universitário (CO), na reunião do dia 20 de setembro, foi discutido o orçamento da USP. A perspectiva da discussão foi cobrar transparência e o cumprimento da resolução sobre gastos orçamentários do CO para 1994: 86,85% em dólares para salários.

O Haiti é aqui...

Sob o título "Vamos pensar grande: vamos invadir o Brasil", o jornal Washington Times publicou artigo criticando o presidente dos EUA, Bill Clinton, por invadir o Haiti. Diz que, se a ação é por causa dos desrespeitos aos direitos humanos, melhor invadir todos os países. E o Brasil, como não poderia deixar de ser, serviu de exemplo. Com razão, diga-se de passagem.

Saúde perfeita

A longa explicação dada pelo coordenador da Administração Geral da USP, professor Hélio Nogueira, sobre o balanço da USP, no Jornal da USP - edição nº 295, deixa mais dúvidas, em lugar de esclarecer. Por exemplo: qual é o sentido de se calcularem índices de comprometimento sobre verba "provisória"? Que providências estão sendo tomadas para corrigir esse caráter provisório? Quem julga que os salários estão sendo ajustados adequadamente? Do que vivem as pessoas que concordam com esse julgamento?

Três candidatos ao governo de SP participam de debate na USP

Embate das eleições

Continuação da pág. 1

Ronaldo Entler



José Dirceu, Eduardo Resston e Soares Dutra

José Dirceu, do PT, apresentou propostas concretas para o ensino superior público, Eduardo Resston, do PSC, defendeu o ensino particular e Educação Moral e Cívica no ensino superior e Soares Dutra (Prona) sequer sabia que participava de debate na USP.

Três dos oito candidatos ao governo de São Paulo participaram, dia 13 de setembro, do debate "Educação, Democracia e Cidadania", promovido pela Adusp, Sintusp, DCE/USP, CCS e ECA, transmitido pela Rádio USP. José Dirceu (PT), Eduardo Resston (PSC) e Soares Dutra (Prona) responderam oito perguntas encaminhadas pelos organizadores e debateram, no penúltimo bloco, entre si. Mário Covas (PSDB) e Francisco Rossi (PDT) não aceitaram participar do debate e Barros Munhoz (PMDB), Ciro Moura e Luiz Antonio Medeiros (PP) não compareceram.

Durante o encontro, José Dirceu defendeu o ensino superior público e gratuito e afirmou que, num eventual governo petista em São Paulo, serão destinados 45% do ICMS para a educação: 34% para os I e II Graus e outros 11% para a USP, Unesp e Unicamp. Eduardo Resston defendeu o ensino privado, taxou a USP de elitista por abrigar alunos oriundos das classes ricas e Soares Dutra teve uma participação desastrosa. Além de não apresentar propostas

concretas para o ensino superior público, afirmou "estar muito feliz em poder estar nesta casa do saber, que é a PUC".

Ao final do debate, o candidato do PT, José Dirceu, encaminhou ao jornalista e professor da ECA, Jair Borin — coordenador do encontro —, carta destinada aos alunos, funcionários e professores das universidades estaduais paulistas, na qual assume compromissos com a comunidade da USP, Unesp e Unicamp.

econômico e social, Haiti, Paraguai e outros — onde nada é regulamentado, o estado é míngua e tudo é privado — estariam disputando com a Suécia, o Japão, os EUA e outros países extremamente organizados, regulamentados e estatizados, a primazia de apresentar os melhores indicadores sociais e econômicos.

Aqueles que, no tempo da ditadura militar, defendiam o estado intervencionista, a febre estatizante e o controle de tudo e de todos, hoje passam para o campo do discurso ultra-liberal. Em comum entre as duas posições antagônicas estão o lucro e a riqueza fáceis — no primeiro caso, por meio de subsídios, incentivos fiscais e protecionismo e, no segundo caso, pela sonegação e pela especulação financeira e comercial.

A universidade não ficou à margem dessa situação. Na ditadura, a intervenção era tão forte que definir quem podia e quem não podia dar aulas era assunto militar; hoje, época do estado mínimo, os recursos governamentais são insuficientes até mesmo para salários dignos pois, no dizer daqueles que os controlam, "há outras prioridades sociais".

Há, certamente, uma solução para a gravíssima crise social brasileira, em substituição à perspectiva de uma anexação passiva por uma "nova ordem mundial" controlada pelos países industrializados, preocupados em "exportar" seus próprios problemas econômicos, sociais e ambientais. Os países em desenvolvimento que estão encontrando algum sucesso social e econômico são aqueles que realizaram a reforma agrária e investiram em educação, alimentação e saúde; que entenderam que o desenvolvimento físico e mental de crianças e jovens está ligado ao desenvolvimento social e econômico da sociedade onde vivem; que erradicaram a miséria e recuperaram o meio ambiente — terras agrícolas marginais e favelas urbanas de forma simultânea; que acreditaram que o planejamento familiar e a confiança e esperança no futuro devem vir juntos.

A atual disputa eleitoral por que passa o Brasil significa um embate entre esses dois modelos. Não se trata de uma escolha entre pessoas, por mais que cada uma, individualmente, possa merecer respeito e apoio. Trata-se, isto sim, de uma escolha entre diferentes futuros para o Brasil.

A democracia exige ética, transparência e dignidade nas eleições

Entidades da sociedade civil e intelectuais divulgam manifesto exigindo eleições limpas

"No início de setembro de 1994, tornou-se público um diálogo entre o então ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, e o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo de Televisão. Esse diálogo confirmou o uso da máquina governamental e dos meios de comunicação de massa, bem como a manipulação de dados sobre o Plano Real na presente campanha eleitoral. Na conversa, Ricupero admite não ter escrúpulos em esconder as más notícias, em "faturar" com a boas e em fazer propaganda para Fernando Henrique Cardoso, utilizando-se de programas daquela rede de televisão.

Poucos dias depois, a imprensa divulgou documento assinado pelo ministro de Minas e Energia, Alexis Stepanenko, convidando o presidente da República e Fernando Henrique Cardoso para a inauguração de uma obra que reforçaria a candidatura FHC.

O abuso do poder econômico tem sido denunciado pela imprensa. Segundo algumas denúncias, apenas uma empresa do setor automobilístico poderia garantir a eleição de 200

deputados. As 265 maiores empresas brasileiras poderiam destinar para fins eleitorais uma quantia perto de 1 bilhão de dólares. Declarações do banqueiro Andrade Vieira confirmam a ampla participação de banqueiros e grandes empresários no financiamento da campanha eleitoral do candidato Fernando Henrique Cardoso.

Esses abusos e excessos revelam a essência do Estado brasileiro, sua tradição oligárquica, autoritária e violenta, que convive com a sonegação de informações e impostos e com a manipulação da opinião pública.

Entendendo que a conquista da democracia está gravemente ameaçada por tais práticas, conclamamos o povo brasileiro a:

1 - Exigir o pronto e completo levantamento do uso da máquina pública em favor de candidatos e a punição dos responsáveis;

2 - Exigir a apuração de todas as denúncias de abuso dos meios de comunicação, em especial por parte da Rede Globo de Televisão, citada pelo ex-ministro da Fazenda;

3 - Exigir que estejam garantidas a democracia, a ética e a lisura nas eleições.

É necessário dizer basta à situação vigente.

Todos aqueles que estão comprometidos com a esperança de um futuro digno para este país devem manifestar-se.

Sindicatos, entidades profissionais, grupos afro-brasileiros, movimentos de mulheres, jornalistas, escritores, artistas, escritores, professores, estudantes, operários, líderes comunitários, juristas, intelectuais, enfim têm o dever de denunciar a manipulação eleitoral, sustentada por enormes recursos econômicos e realizada pelos meios de comunicação e pela utilização da máquina governamental. Calar-se, neste momento, é fazer o jogo das oligarquias e dos interesses de poucos em detrimento das necessidades de muitos".

Subscvem o manifesto: Adusp, Adunesp, Adunicamp, UNE, UBES, Andes, Centro Oscar Romero pelos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, José Alvaro Moisés, Marilena Chauí, Fernando Morais, Maria Victória Benevides dentre outras personalidades e entidades.

Propostas para as universidades

As Associações de Docentes da USP (Adusp) e da Universidade de Campinas (Adunicamp) fizeram levantamento junto aos programas dos candidatos ao governo de São Paulo para conhecer suas propostas para as universidades estaduais paulistas. Apenas Barros Munhoz (PMDB) ainda não divulgou seus planos para a USP, Unicamp e Unesp. Por este motivo deixamos de publicar as propostas do PMDB.

Mário Covas
PSDB

“As universidades paulistas não ficaram imunes ao padrão de crise que afeta todo o país. E, no caso delas, essa crise é agravada pelos anos de descaso com o saber, os desmandos administrativos e a corrupção no governo do Estado. Dessa forma, antes de mais nada, nossa política em relação às universidades enquadra-se nas diretrizes estabelecidas para todos os setores da administração, que prevêm a realização de três revoluções: a revolução moral das práticas de governo, a revolução administrativa e a revolução da qualidade e produtividade dos serviços públicos.

No caso das universidades, esses esforços serão dirigidos

para a abertura de mais vagas, ampliação dos cursos noturnos e melhoria dos serviços prestados à comunidade, além da adequação dos currículos. Outra questão fundamental é a do engajamento da universidade pública na busca de soluções para problemas cruciais, como o da moradia. Temos, no Estado, uma massa crítica da melhor qualidade, que pode e está se engajando na discussão de novas metodologias e processos de produção, por exemplo, na área habitacional. Tudo isso, no entanto, levando em conta uma questão fundamental que é a autonomia da universidade. Trata-se de conceito que deve ser defendido.

Dentro desse contexto insere-se a questão das verbas para as universidades. No caso do Estado os recursos alocados aproximam-se dos níveis do Primeiro Mundo. Mas é natural que, para manter os padrões de excelência, sejam necessários mais recursos. O que é fundamental é o estabelecimento de prioridades corretas, sejam em relação ao tamanho do quadro de professores, seja em relação aos equipamentos e verbas. A autonomia se afirma também no exercício dessas prioridades. Qualquer tema que diga respeito às universidades deve ser amplamente debatido, de forma transparente e democrática”.

Francisco Rossi
PDT

“Em relação às universidades de São Paulo, entendo que o Estado, no momento em que abre mão do ICMS, como no caso da fabricação de veículos populares, está abrindo mão, também, de recursos para as universidades. As três universidades paulistas são mantidas pela arrecadação do ICMS na base de 9 a 9,5% do total da arrecadação. Então, fica evidente que no momento em que o Estado deixa de arrecada-

dar o ICMS correspondente aos carros populares, está abrindo mão de investir na área educacional e de pesquisa, já que mais da metade das pesquisas realizadas no Brasil são desenvolvidas dentro das universidades paulistas. Portanto, o Estado deveria criar um mecanismo de compensação para suprir essa deficiência em nível de investimento.

A arrecadação de ICMS tem caído muito, causando

graves prejuízos para as universidades paulistas, até agora, ninguém pensou na forma de compensar essa defasagem que vem se verificando nos últimos anos.

As universidades paulistas me preocupam, porque são responsáveis pela educação, e nenhum povo pode ser verdadeiramente livre e emancipado se não se pensar seriamente num investimento maciço e sério na área educacional”.

**José Dirceu
PT**

"O Sistema Estadual Paulista de Ensino Superior representa significativo patrimônio público, e representa o melhor sistema de ensino superior do Brasil. Entretanto, tem enfrentado problemas sérios no que diz respeito ao seu financiamento e ao papel que desempenha. Por um lado, os níveis atuais de financiamentos, correspondentes a 9% da parcela do ICMS para as três universidades (9,57% para o próximo ano), têm se mostrado incapazes de reverter a situação de perda salarial dos docentes e funcionários, bem como de garantir investimentos e equipamentos, que tem sofrido acentuado processo de deteriorização. Por outro lado, o sistema universitário paulista se ressentido, ainda que de forma diferenciada, de um maior relacionamento com as demandas sociais.

Pretendemos aprofundar o relacionamento das universidades com o Estado, notadamente no que diz respeito ao

"Não há diferenças substantivas nos programas dos candidatos a governador para a educação. Eles têm mais pontos coincidentes, que divergentes, tanto no diagnóstico do estado de calamidade em que se encontra o País, como na proposição de soluções. Como a maioria dos candidatos, entendo que a questão salarial dos professores, tanto do ensino fundamental como no ensino superior, é a mais emergencial e o principal problema que devemos resolver para melhorar nosso sistema educacional. Não podemos almejar a melhoria do ensino se os professores continuarem a ganhar salários aviltantes e se não dermos a eles um plano de carreira racional.

A minha política para as universidades será, antes de tudo, respeitar a sua autonomia científica, didática e administrativa. As universidades paulistas já conquistaram um percentual fixo do ICMS para suas dotações e de-

seu envolvimento no projeto de desenvolvimento econômico e social, articulando projetos de pesquisas que estejam dentro das prioridades de um novo modelo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que deve preservar seu caráter universitário de abordagem do conjunto do conhecimento humano.

Outro aspecto em que a contribuição das universidades é fundamental é no que diz respeito à formação atualizada e aperfeiçoamento dos professores da rede pública de ensino. Na área educacional, uma outra contribuição possível das universidades é sua colaboração na elaboração, implementação e avaliação de iniciativas na área do ensino de I e II Graus.

Ampliaremos os gastos estaduais, criando as condições para realizar investimentos da ordem de 45%, distribuídos em 34% para o ensino de I e II Graus e ampliar de 9% para 11% os investimentos no ensino superior".

vem ter plena liberdade para administrar estes recursos, sem a interferência do governador.

Vamos manter a dotação prevista, de 9,4% do ICMS (9,5% para 1995). Estes recursos, segundo entendem três ex-reitores da USP, entre eles o eminente cientista José Goldemberg, são suficientes para manter as atividades normais das universidades. É óbvio que novos recursos, se houver, poderão ser destinados às universidades, desde que elas ampliem os serviços que prestam à sociedade, tais como aumentar o número de vagas - as três universidades atendem apenas 11% dos 505 mil estudantes universitários do Estado -, oferecer mais cursos noturnos, lançar novos programas de formação e aperfeiçoamento de professores de ensino básico e ensino profissionalizante e abrir novas áreas de pesquisas, extensão e ensino".

Francisco Miraglia

CUT e a Educação

O movimento Docente, e a ADUSP em particular, sempre entendeu que as nossas lutas específicas não podem estar dissociadas dos embates mais amplos para a construção da democracia social e econômica, bem como efetivar o exercício da cidadania pela maioria da população brasileira. Ensino Público e Gratuito, concebido como obrigação do Estado e direito de todos, é do interesse geral de toda a população trabalhadora deste país e não poderá ser concretizado sem uma luta unitária. O mesmo se dá em relação à exclusão da maioria da nossa população ao acesso à saúde, à comida, ao trabalho digno, à moradia, ao saber, à cultura, ao lazer e, fundamentalmente, à participação política nas decisões sobre os rumos do país.

Nesse sentido, a partir de 1981, iniciou-se no interior da ANDES intenso debate sobre as formas de articularmo-nos com o movimento sindical. Um histórico deste processo aparece no caderno nº 5 da ANDES-SN ("A ANDES e a Questão Sindical", cópias disponíveis na ADUSP). Esse processo só foi concluído em fevereiro de 1989, quando o Congresso da ANDES, realizado em São Paulo, sob os auspícios da ADUSP, deliberou pela filiação da ANDES-SN à Central Única dos Trabalhadores.

Uma vez que a organização da Central é feita a partir da base, é fundamental que as seções sindicais participem das instâncias regionais da Central. Sem isso, fica impossível para o Sindicato Nacional refletir na prática a representatividade que de fato possui. Além disso, e mais importante, é que a articulação que queremos construir seja feita a partir de cada local de trabalho, em cada estamento organizativo e não simplesmente através dos dirigentes sindicais.

Esta participação deve ser decidida por Assembléia Geral de cada seção sindical, pois envolve deliberações de ordem política e financeira.

Articulados de modo efetivo na CUT, poderemos potencializar a nossa luta pelo acesso da maioria da população à educação, à cultura, ao exercício da cidadania e à participação política na deliberação dos rumos do país, construído só pela força do trabalho.

Francisco Miraglia é vice presidente da ADUSP-S. Sind

**Luiz Antonio
Medeiros
PP**

Soluções para os problemas educacionais

Marilena Chauí - PT



Ronaldo Entler

O modelo neoliberal foi implantado em países que possuíam o Estado do Bem-Estar, nos quais os trabalhadores organizados haviam conquistado direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, podendo lutar por sua manutenção ou organizar-se para reformá-los. No caso do Brasil, o modelo se implanta sem que tenha havido o Estado do Bem-Estar, de sorte que a massa desorganizada dos desempregados, dos trabalhadores escravos porque sem remuneração, dos analfabetos, pobres e miseráveis não possui referências de organização de luta, de conquistas de direitos e de formas para conservá-los. O quadro tenderá, portanto, a aprofundar as desigualdades sociais e econômicas e a fazer do apartheid social já existente um estopim para políticas de extermínio.

Ora, a pergunta a ser feita é simples: qual a origem da situação brasileira? Quem são os responsáveis pelo quadro educacional, de empregos, de miséria, de saúde etc? A resposta também é muito simples: o grupo no poder desde 1964, ao qual veio acrescentar-se, a partir de 68, a mídia representada pela Rede Globo e, a partir de 80, pelo Bispo Macedo. É preciso não esquecer que Marco Maciel foi ministro da educação, Antonio Carlos Magalhães foi ministro das telecomunicações, Bornhausen foi ministro de Collor (é em Santa Catarina que se concentra o 2º maior percentual de trabalhadores escravos). É o grupo do Ato Institucional nº 5 e da "distensão" Golbery-Geisel. É o grupo da ferrovia Norte/Sul, da hidrovía do Rio São Francisco, dos 7 anos e o

gigante Fiuza, das empreiteiras como Odebrecht, dos bancos, de que Bornhausen é representante, das Bolsas de Valores, dos coronéis do norte, nordeste e centro-oeste, da UDR de Caiado. Estes grupos podem falar em democratização da educação e da comunicação? Podem falar em reforma agrária? Podem falar em reforma do Estado quando usam privadamente o Estado sob a forma de subsídios e incentivos fiscais? Podem falar em socialização da saúde, quando representam os grupos privados de saúde?

Passemos, agora, à universidade. E a pergunta a ser feita é a mesma: qual é a origem da situação brasileira? A resposta é simples e sem originalidade: trata-se dos mesmos grupos. São eles os responsáveis pelo sucateamento do primeiro grau, pelas contratações sem concurso para as escolas de segundo grau, pelo desvio de recursos destinados à infra-estrutura escolar, pela criação de universidades federais para dar prestígio e poder aos caciques e coronéis regionais, pela legislação que favoreceu a proliferação das escolas privadas nos três graus de ensino, pelo financiamento público de escolas particulares, pelo abandono da formação profissional e tecnológica, deixada por conta do Senai, SESC e SESI que, embora meritório e importante para garantir escolaridade a um grande número de jovens trabalhadores, não se destinam a lhes dar alta formação especializada no campo da tecnologia. É o grupo responsável pela irracionalidade, pela burocratização e pelo desperdício dos recursos do CNPq, Capes, Finep e outros órgãos de financiamento de pesquisas.

Esses grupos, responsáveis pelo apartheid social brasileiro, que obedecem às regras impostas pelo FMI e, hoje, pelo Consenso de Washington, operam com a idéia liberal de interesse e não com a idéia democrática dos direitos. Para que se possa avaliar o que significa operar com interesses de classe e não com os direitos dos cidadãos, quero oferecer dois exemplos nos quais se explicita a noção de interesse neoliberal pela modernização:

a) No norte do país, 300 mil mulheres trabalham quebrando cas-

tanhas com cujo óleo se faz, entre outras coisas, sabão e sabonete. A Gessy-Lever declarou ao governo que o preço do óleo de castanha brasileiro era muito alto e aumentava os custos do sabão e do sabonete. O então ministro da Fazenda FHC, liberou a importação do óleo de castanha, em lugar de ir verificar as condições de trabalho e de produção brasileiras e encontrar soluções racionais e dignas para as mulheres e para a indústria. Resultado: há, neste momento, mais de 200 mil mulheres desempregadas. O preço do sabão e do sabonete aumentou.

b) O segundo exemplo vem do Ceará, quando era governador o atual ministro da Fazenda, Ciro Gomes: em nome da competitividade moderna, decidiu-se que o preço do algodão, produzido no Ceará era alto e pouco competitivo. O governo Ciro Gomes barateou as importações de algodão. A produção cearense caiu para 20% da produção anterior, mais de 200 mil famílias de lavradores perderam emprego ou renda, engrossando a fileira dos 2,4 milhões de desempregados.

Algumas propostas do PT para a educação:

- 1) Educação em todos os níveis como direito dos cidadãos.
- 2) Responsabilidade total do poder público pela pré-escola e pelo ensino de primeiro e segundo graus:
 - a) 10% do PIB em educação;
 - b) Programas intensivos de curto prazo e programas extensivos de longo prazo para a formação de professores;
 - c) Valorização da docência em todos os níveis através da valorização dos salários;
 - d) reformulação do currículo de primeiro e segundo graus;
 - e) Integração da política salarial, de saúde, de moradia e de abastecimento com a política educacional;
 - f) Redistribuição das responsabilidades dos três níveis de governo com relação à escola pública dos três graus (I, II e Superior), com fiscalização do repasse e uso dos recursos pelos municípios e estados;
 - g) Reformulação das agências de financiamento de pesquisas de modo a criar um centro unificado com funções diversificadas, à maneira do CNRS.

Uma política educacional para o Brasil

Eunice Ribeiro Durham - PSDB

Daniel R. Garcia



A questão educacional se coloca hoje, no Brasil, de uma forma diferente da que ocorreu no passado porque há uma consciência muito mais clara da importância da educação, tanto para o exercício da cidadania, como para o desenvolvimento econômico. Essa consciência pode alicerçar uma verdadeira vontade política que permita a superação das deficiências do nosso sistema de ensino.

A vontade política, entretanto, só pode se exercer de forma eficaz se estiver fundada numa compreensão adequada de quais são os problemas fundamentais, pois os recursos não são infinitos e é importante estabelecer prioridades de atuação. Além disso, é necessário ter em mente que a vontade política não conduz a resultados a não ser que esteja apoiada em instrumentos de ação adequados.

Se a educação é hoje requisito tanto para o exercício da cidadania como para a inserção no mercado de trabalho, o qual exige mão-de-obra cada vez mais escolarizada, a prioridade fundamental da política educacional consiste em completar a universalização do acesso ao 1º grau e melhorar a qualidade do atendimento escolar, de forma a garantir que as crianças tenham efetivamente a oportunidade de, pelo menos, completar as oito séries do ensino obrigatório.

Na situação atual, a meta da universalização do acesso poderá ser atingida a curto prazo. O problema realmente difícil é resolver o impasse da repetência e evasão, tornando o ensino nas escolas públicas adequado às capacidades e necessidades das crianças. Isso exige a ampliação da jornada escolar e implica a melhoria da qualidade do ensino o que, por sua vez, pressupõe a melhoria da qualificação e da competência dos professores. É preciso, para isso, quebrar o círculo vicioso de professores mal pagos e mal preparados. Não adianta pagar bem professores incapazes de ensinar. Mas não se pode conseguir bons professores sem se pagar adequadamente. A solução está numa carreira que estimule os professores a melhorar seu desempenho, pagando bem aqueles que realmente se dedicam a obter a formação necessária

e a fornecer às crianças um ensino de boa qualidade.

A maior dificuldade dessa tarefa, da perspectiva de uma política nacional, reside no fato de que a educação básica não é de responsabilidade da União, mas dos Estados e Municípios. A política federal, no que diz respeito à educação básica, deve consistir em fornecer estímulos e instrumentos aos Estados e Municípios, de acordo com suas carências para que eles possam desempenhar a tarefa que lhes cabe, que é estabelecer um sistema capaz de atender a todas as crianças em boas escolas públicas.

A União tem um instrumento importante para executar esta política: é a quota federal do salário educação, a qual é redistribuída entre Estados e Municípios.

É importante que se exija de Estados e Municípios, para que possam receber o auxílio federal, um plano consistente de melhoria do sistema escolar, de aperfeiçoamento de professores e de aumento salarial. Mais importante ainda é que a continuação do financiamento fique condicionada à verificação da correta aplicação do dinheiro e à avaliação dos resultados obtidos.

Por último, cabe ainda ao Governo Federal parte da responsabilidade pela assistência ao estudante, permitindo à população pobre permanecer efetivamente na escola. Dois programas existentes são essenciais: o da merenda escolar e o do material didático, ambos os quais enfrentam sérios problemas. Nos dois casos, a solução é uma

efetiva descentralização.

A segunda prioridade nacional está na ampliação do acesso ao 2º grau. Trata-se, na verdade, de um nível estratégico do sistema educacional, pois pode ser utilizado, não apenas para ampliar os conhecimentos mas também para oferecer uma preparação para o mercado de trabalho, aumentando a qualificação dos jovens e as suas oportunidades de obter um bom emprego.

Como no caso do 1º grau, a política do governo central deve consistir em auxiliar e estimular os Estados no sentido de ampliar o número de escolas, melhorar a qualidade do ensino e oferecer oportunidades de formação profissional. Nesse caso, não há recursos específicos, pois aqueles provenientes do salário educação estão legalmente restritos ao 1º grau. Cabe, portanto, um remanejamento das verbas do Ministério da Educação, realocando ou criando fontes adicionais de recursos para esta finalidade. Por outro lado, a preparação para o trabalho não pode mais ser pensada, hoje em dia, como restrita às escolas técnicas, nem confinada ao âmbito escolar. Empresas, sindicatos e instituições como SENAI e SENAC precisam ser mobilizadas para esta tarefa, configurando as novas formas de parceria entre o Governo e a sociedade civil.

O ensino superior federal, por outro lado, precisa ser efetivamente revisto. Consome hoje de 70 a 80% de todas as verbas do orçamento regular do Ministério da Educação, atendendo apenas a 20% dos jovens matriculados no ensino superior.

As universidades federais estão afogadas numa burocracia sufocante e constituem hoje instituições caras, obsoletas e mal equipadas. A política para o ensino superior deve promover uma revolução administrativa, que dê efetiva autonomia às universidades, mas condicione o montante das verbas que recebem a uma avaliação do seu desempenho e, especialmente, ao número de alunos que efetivamente formam, às pesquisas que realizam e aos serviços que prestam.

Finalmente, é preciso uma política para o ensino particular. É inteiramente irrealista propor a fe-

deralização desses estabelecimentos, pois isto significaria ter que triplicar o orçamento do Ministério da Educação, o qual já absorve 18% de todas as verbas do Tesouro Federal.

A nova política educacional para o setor privado deve incluir: a completa reformulação do sistema de autorização para criação de estabelecimentos e cursos; o estabelecimento de critérios transparentes e objetivos para a distribuição de auxílio federal às instituições comunitárias, condicionando-o a um sistema de avaliação de qualidade; a reformulação do crédito educativo, condicionando-o igualmente a uma avaliação da relação custo-benefício e à qualidade de ensino das escolas particulares que queiram se beneficiar desse sistema. Por outro lado, o ressarcimento do empréstimo deveria ser proporcional à renda dos beneficiados, após terem se formado.

Em todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior e, inclusive na questão da qualificação dos professores, o Ministério da Educação pode ainda desempenhar um papel fundamental na melhoria da qualidade da educação através do ensino à distância, pela TV Educativa, utilizando, inclusive, a competência das universidades na formulação da programação.

Essas são as prioridades que, entretanto, não esgotam as necessidades de melhoria do sistema escolar. As creches e pré-escolas e programas de alfabetização de jovens e adultos devem permanecer como responsabilidade municipal. Mas há a necessidade de recursos federais para o atendimento das crianças excepcionais e das minorias. Tanto em um caso como em outro, tratam-se de setores nos quais a colaboração da comunidade e da sociedade são essenciais, incluindo empresas, sindicatos, igrejas e associações civis.

O que se propõe aqui é uma política consistente e eficaz que pode ser realizada com os recursos existentes. O crescimento econômico do país permitirá uma ampliação do atendimento de forma a satisfazer não só às necessidades mais prementes, mas às aspirações maiores da população em termos de melhoria da qualidade do sistema educacional brasileiro.

Andes debate projeto nacional de comunicação

Cerca de cinquenta pessoas; entre diretores da Andes e de Associações Docentes, professores de jornalismo, jornalistas sindicais e estudantes da Facom (Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia), participaram nos dias 8 e 9 de setembro do I Seminário de Comunicação Social da Andes, realizado em Salvador (BA). Durante o encontro foram analisados os temas "Democratização da Comunicação", "Políticas de Comunicação da Andes e das Associações Docentes", "Produção, Transmissão e Recepção de Matéria Jornalística na Andes e nas AD's" e "Campanhas Publicitárias da Andes e das AD's". O secretário-geral da Andes, Edmundo Fernandes Dias, avalia o Seminário como muito positivo e fala da implantação de instrumentos de comunicação para interligar, de forma nacional, a Andes e as Associações Docentes.

Qual a sua avaliação do I Seminário de Comunicação da Andes?

Edmundo - O Seminário foi riquíssimo com a presença ativa de dirigentes e companheiros da nossa imprensa sindical, o que provocou um debate ativo que colocou a necessidade da troca de experiências e propostas de intervenção uniforme e descentralizada do Sindicato e de suas Seções Sindicais. Duas questões muito importantes foram tratadas: a necessidade do reforço da nossa participação no Fórum pela Democratização da Comunicação e o aperfeiçoamento da nossa comunicação interna e com os movimentos sociais organizados. No que se refere à democratização, ficou claro o papel de entidades populares e sindicais: atuar no sentido de evitar o massacre ideológico que vem sendo perpetrado pelos meios de comunicação social, em especial, neste momento, pela desqualifi-



Daniel R. Garcia

Edmundo Fernandes Dias

cação de candidatos e pela imposição da candidatura oficialista. No que se refere à nossa comunicação, interna e externa, ficou clara a necessidade de agilizar a informação e pensar nossa mídia.

Por que é importante para a Andes a implementação de um

projeto de comunicação?

Edmundo - A Andes vem, ao longo dos últimos anos, afirmando que os meios de comunicação de massa tem priorizado a reafirmação do modelo neoliberal. Passasse, com ênfase exacerbada, a idéia de que toda e qualquer sociabilidade que não seja a do mercado é impossível, é anti-histórica. Cria-se, artificialmente, um clima totalitário segundo o qual discordar é ser "dinossauro", totalmente fora da realidade. Mais uma vez recusa-se a possibilidade de outras sociabilidades. A Andes, através dos seus instrumentos de comunicação, vem apresentando análises e propostas que desmistificam o neoliberalismo e afirmam um novo projeto de sociedade. Esta é a importância de um projeto competente, bem qualificado e, acima de tudo, comprometido com o conjunto do movimento social organizado. A implementação de um projeto de comunicação mais

aperfeiçoado significa a amplificação da nossa voz, da nossa capacidade de intervenção.

Quais as perspectivas de mudanças apresentadas durante o Seminário?

Edmundo - O Seminário apontou uma série de propostas que foram encaminhadas ao Grupo de Trabalho (GT) de Arte e Comunicação. A tarefa do GT é recolher e debater essas propostas e apresentá-las para a Diretoria da Andes, que elaborará uma proposta para apresentá-la ao Conad. O *InformANDES* já está sofrendo algumas modificações. O *Em Dia* vem se configurando como um importante instrumento de atualização da informação. Mas é fundamental que o intercâmbio seja de mão dupla: sem as notícias das AD's não será possível fazer um jornal nacional ativo e atuante. Durante o Seminário foi feito um compromisso para tornar a informação mais ágil.

RECADASTRAMENTO DOS SÓCIOS

Adusp - S.Sind

Av. Prof. Luciano Gualberto, travessa J nº 374
Prédio da Antiga Reitoria

Solicitamos aos sócios da Adusp-S.Sind. preencher a ficha de recadastramento ao lado e encaminhá-la através do malote interno da USP. Se preferir, mande xerox da ficha de recadastramento.

NOME: _____ Nº USP: _____
 ENDEREÇO (RES): _____
 CIDADE: _____ CEP: _____
 TEL. (RES.): _____
 UNIDADE: _____
 DEPTO.: _____
 TEL. (DEPTO.): _____